

Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados

Luciana Quillet Heymann

Gostaria de iniciar essa breve comunicação citando o trecho de uma entrevista gravada em setembro do ano passado, com Dona Maria Raimunda Araújo, mais conhecida como Mundinha, importante liderança negra residente em São Luís do Maranhão. Essa entrevista integra o projeto "Memória do movimento negro no Brasil", que está sendo realizado no CPDOC sob a coordenação da Profa. Verena Alberti. Cito:

V.A. – Essa biblioteca Eugênio Araujo? A senhora que montou?

M.A. – É o meu acervo.

V.A. – Essa casa aqui é propriedade sua?

M.A. – Essa é minha. Tem dois anos que eu comprei. (...) Às vezes as pessoas queriam pesquisar, tinham que ir lá onde eu moro. Atravancava muito a sala, que já era só estante. Eu deixei só duas lá e trouxe essas. (...) E aqui é bom, que fica sendo só local de trabalho. Mas a intenção [é] colocar o meu acervo à disposição, (...), não para emprestar, porque eu sei que o exemplo de emprestar livro é você acabar com o acervo. E é um acervo que eu venho investindo. Eu compro livros. Mas também não queria que as informações ficassem só comigo. (...) Podem chegar aqui, sentar, ler, fazer sua ficha, tudo... e essa é a intenção. E é o que eu consegui acumular também como militante do movimento, as minhas anotações, e carta e tudo o que era dirigido para mim, porque eu procurei formar o arquivo do próprio CCN (Centro de Cultura Negra do Maranhão¹). Que resta pouco. Disseram que eles chamavam de arquivo morto, jogavam não sei por onde... Eu disse: "Não tinha nem idade para ser morto. Não tinha nem um século. E não existe arquivo morto. Todo arquivo está muito vivo." E teve coisas que eu não tinha e tirei cópia. Agora, tem cartazes que eu não guardei e eles também extraviaram. Agora

¹ CCN : Criado em 19/9/1979.

para os 25 anos vieram: “Mundinha, tu tens cartazes?” Eu disse: “Não. Eu estava mais preocupada em formar o arquivo do CCN. Não era o meu particular.” O meu já foi em decorrência até da própria trajetória do processo. Você vai acumulando papel, e eu sempre gostei de acumular papel, no final eu estou com muito papel e tenho que botar em caixa e tudo. Muitos recortes de jornais, muitas matérias, e precisa catalogar tudo. Tem bibliotecárias me ajudando, elas me orientam. (...) Depois vejo se vou pegar um programa para botar os livros todos no computador, mais tarde se cria um site para informar, é essa minha intenção.

V.A. – E o nome, Eugênio Araujo?

M.A. – Eugênio Araujo porque, como eu disse, meu pai é que estimulou em nós, os filhos, a leitura. Se não fosse meu pai... meu pai sempre comprou livros. Lógico que a biblioteca, essa, não é a dele, mas na nossa casa tinha biblioteca. (...) Eu acho que é uma justa homenagem: é um negro, é um operário que lidava com as letras, e não só isso, mas o fato de ter tido 12 filhos e que proporcionou esse acesso à educação (...) Eu ainda vou fazer um folder com a biografia dele.

Quando comecei a pensar no tema dessa comunicação, me lembrei de uma conversa informal com minha amiga Verena, com quem compartilho o interesse em trabalhar com, e em pensar sobre, arquivos, documentos, memória etc. Lembrei-me que, comentando sobre o projeto no qual está envolvida, Verena mencionara uma depoente que, além de conhecer bastante a história do movimento negro maranhense, havia acumulado documentos sobre ele. Há poucos dias, fui procurar a transcrição da tal entrevista e constatei que, além de ser uma importante liderança, de ser considerada a “memória” do movimento, Mundinha é uma titular de arquivo informada por um sentido tão simples quanto apurado de memória social e interesse público. E me pareceu interessante resgatar a sua fala, em uma cerimônia que tem como um de seus objetivos “reafirmar a importância da preservação da memória como um elemento significativo na construção da cidadania brasileira”. Além disso, me pareceu que essa história poderia chamar atenção para alguns aspectos que estão envolvidos na ampla problemática dos arquivos privados, tal como gostaria de abordá-la.

Em primeiro lugar, essa história ilustra a imponderabilidade que caracteriza a constituição de arquivos privados. E me refiro, nesse caso específico, não somente ao arquivo enquanto acúmulo documental (ou seja, às vicissitudes que determinam que os papéis e demais registros das atividades de uma pessoa, um grupo, uma associação ou

uma empresa sejam ou não guardados), mas também à iniciativa de sua institucionalização (ou seja, aos movimentos que dotam o acúmulo documental de um interesse mais abrangente, ao mesmo tempo em que o inserem, de maneira mais ou menos “*glamourosa*” no circuito dos documentos dotados de “valor histórico”). De fato, essas dimensões raramente estão associadas de maneira tão direta como no caso de Mundinha, que acumulou seu arquivo “em decorrência da própria trajetória do processo”, como ela mesma diz, e conseguiu criar as condições – ainda que modestas e limitadas – para manter uma pequena estrutura institucional dedicada a abrigar, preservar e difundir seu acervo.

Guardar papéis, fotos, objetos, enfim, lembranças pessoais ou de um grupo é algo que fazemos na tentativa de preservar nossa memória e, por essa mesma via, nossa própria identidade. Nem todas as memórias, porém, virão à luz do dia, sendo reconhecidas como relevantes para a memória nacional. Uma importante questão a ser colocada, portanto, para além dos mecanismos de preservação de arquivos privados, é **o que faz** com que determinados acervos sejam reconhecidos como relevantes, tornando-se objeto de políticas, ou de investimentos públicos. Refletir sobre esses critérios de reconhecimento é, dessa forma, fundamental.

Na verdade, os critérios de reconhecimento da relevância social de acervos documentais são profundamente informados por lutas sociais, políticas, culturais, identitárias, etc. Percebê-lo significa perceber também que tais critérios, necessariamente, se modificam ao longo do tempo, em um processo aberto. Vivemos, hoje, um intenso processo de afirmação de novos grupos e, assim também, de novas identidades. Cada novo grupo que se constitui busca o seu reconhecimento no espaço público, produzindo efeitos significativos sobre os modos como a sociedade como um todo se percebe. Nesse processo, termina-se por produzir o reconhecimento da relevância social daquilo que antes, muitas vezes, era mesmo invisível.

No caso de Mundinha, o que faz com que o seu acervo ganhe relevância é a sua associação com o movimento negro e o reconhecimento que esse movimento foi capaz de impor, hoje, política, social e culturalmente. Não fosse isso, talvez Mundinha não estivesse sendo citada aqui. Todos sabemos que o investimento na institucionalização de um acervo – sua doação a uma instituição já existente ou a criação de um espaço para abrigá-lo – depende da existência de recursos, de capital social, político e, no caso da criação de uma instituição, financeiro, para operar a transformação do acúmulo documental em realidade institucional. Está em jogo, aqui, fundamentalmente, o

reconhecimento social da relevância da documentação, as redes em que estão inseridos os titulares ou depositários dos acervos, além da vontade ou “intenção”, ainda nas palavras de Mundinha, de transformar a memória pessoal em fonte de pesquisa.

Buscando não me alongar demais sobre um processo complexo e cujos meandros não caberia analisar nos limites dessa comunicação, diria que o caso de Mundinha ilustra de maneira extrema, radical mesmo, a dispersão – e o conseqüente desconhecimento – em relação ao universo dos arquivos privados: o acervo que reuniu ao longo da vida e da militância não existe apenas enquanto acúmulo documental, mas também como um pequeno centro de referência, um modesto “lugar de memória”, cuja importância escapa a qualquer tentativa de avaliação que não leve em conta o seu significado para a memória social do grupo.

Um segundo aspecto que me parece interessante chamar atenção, a partir ainda desse relato, é o da dinâmica que anima o campo das instituições de memória, que define a constituição de seus acervos e orienta seus investimentos acadêmicos e institucionais. Refiro-me aqui ao jogo de espelhos que faz com que conheçamos o acervo de Mundinha ao mesmo tempo em que se constrói um novo perfil de acervo no próprio CPDOC. Conhecido como um centro de documentação voltado para a elite política brasileira, reunindo um importante acervo de arquivos pessoais, bem como um expressivo conjunto de depoimentos de história oral gravados com políticos, militares, tecnocratas, juristas e empresários de relevo no cenário nacional, o CPDOC vem, nos últimos anos, enriquecendo seu acervo com depoimentos de lideranças de favelas e do movimento negro, para citar dois exemplos de bancos de entrevistas produzidos por meio de projetos de pesquisa acadêmicos que contaram com financiamento de agências de fomento. Do ponto de vista dos arquivos privados, o recebimento do arquivo do Betinho, em março do ano passado, sinaliza, também, para uma flexibilização no perfil de seu acervo, flexibilização que acompanha o alargamento do campo da política, no Brasil. Creio que tais mudanças apontam, fundamentalmente, para transformações na própria sociedade brasileira que, no bojo mesmo do processo de redemocratização, viu surgir na cena pública, por um lado, novas demandas e novos atores sociais e, por outro, viu diversificarem-se os interesses de pesquisa, justificando movimentos de resgate e preservação de novas memórias. Vale lembrar, nesse sentido, que a própria noção de patrimônio cultural, desde o Decreto 3.551, de agosto de 2000, ampliou-se, passando a incluir a dimensão imaterial e intangível, e colocando novos desafios para a definição e

implementação de políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

De fato, creio que a dinâmica social que permite, legitima e cria condições para que a iniciativa de Mundinha seja possível (nos limites dessa reflexão não estou me propondo a analisar as condições sociais envolvidas nesse caso específico), é a mesma que sugere a elaboração de projetos, em instituições de pesquisa e documentação como o CPDOC, voltados para o registro e a preservação da memória do movimento negro, por exemplo. É também esse contexto – de surgimento de novos atores sociais, de valorização da diversidade cultural e da preservação da memória como dimensões de cidadania – que explica o recebimento de arquivos e coleções de novo perfil por parte de instituições que vêm se dedicando à preservação da memória no país.

O universo dos arquivos privados e das instituições que a eles se dedicam tende, portanto, a crescer e diversificar-se, fruto também de uma valorização crescente e generalizada das memórias. Para além da conjuntura democrática que marca a história brasileira recente, estaríamos diante, ainda, de movimento mais amplo, associado ao que se convencionou chamar de pós-modernidade. Nesse contexto, uma certa “proliferação de memórias” vem sendo analisada como sintoma, mesmo, de um mundo sem memória, rompido com o passado, no qual o indivíduo, submetido a um processo de “desenraizamento” ou de “desmapeamento”, seria impulsionado na direção de práticas de colecionamento, de busca pelas origens, bem como de criação de espaços dedicados à preservação e à difusão de memórias, entendidos também como espaços de afirmação de identidades.

De maneira bastante esquemática, o que estou buscando sublinhar, com essa digressão inicial que, propositadamente, afastou-se da realidade institucional do eixo Rio-São Paulo, ao tomar como ponto de partida uma pequena biblioteca, organizada por uma mulher, nordestina, militante do movimento negro, é o fato de estarmos vivendo, há pelo menos uma década, um momento novo no cenário das instituições de memória no país. Ao lado de instituições consolidadas, como é o caso do Cedec, ligado à PUC-SP, do Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), e do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, para citar três dos importantes centros de documentação universitários do estado de São Paulo; do CPDOC, da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Casa de Oswaldo Cruz, também para citar três exemplos de instituições dedicadas a arquivos privados no Rio de Janeiro, vemos surgir vários novos atores no campo das instituições que tomam a memória como motivação e justificativa. A novidade do

processo ao qual me refiro reside no fato de tratar-se de um movimento de baixo para cima, do qual são protagonistas atores sociais cujas memórias estiveram até então apartadas do universo das memórias “historicizáveis”, distantes das elites e dos mecanismos tradicionais de sua monumentalização. Nessa conjuntura, estão em jogo processos que ressignificam as trajetórias desses novos atores, juntamente a seus papéis, suas fotos, suas lembranças, suas manifestações culturais.

Pensar em políticas voltadas para o amplo, diversificado e disperso universo dos arquivos privados, a meu juízo, significa pensar em duas linhas de ação, fundamentalmente: identificação e recenseamento, por um lado, assessoramento e treinamento, por outro. Quanto à primeira, me parece bastante claro que, tanto do ponto de vista da definição de políticas específicas quanto da orientação de pesquisadores e demais usuários de arquivo, a localização, o mapeamento e a sistematização de informações relativas a esses acervos são ações de vital importância. Quanto à segunda, também me parece desnecessário enfatizar a importância de programas de treinamento que capacitem os organizadores de centros de documentação e memória, tanto do ponto de vista da organização e da divulgação de seus acervos, quanto de sua correta conservação. Estão em jogo, aí, condições importantes para o sucesso dos empreendimentos, para o acesso do público interessado a esses conjuntos documentais e para sua própria preservação.

A Câmara Setorial sobre Arquivos Privados do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), criada por portaria de novembro de 2002 e formalmente instalada em maio do ano seguinte, tem por finalidade identificar problemas e sugerir ações voltadas para esse segmento específico e, nesse sentido, encaminhou, para aprovação do plenário do Conselho, a proposta de elaboração de um Cadastro Nacional de Agentes Detentores de Arquivos Privados, que pretende funcionar como um instrumento ágil, capaz de auxiliar o Conarq nas atividades censitárias que constam de suas atribuições.

Além de auxiliar gestores e pesquisadores, a localização e identificação dos arquivos privados é procedimento que irá subsidiar o Conarq na tarefa de propor a declaração de interesse público e social de arquivos privados, nos termos estabelecidos pela Lei n. 8.159, de 1991, conhecida como lei de arquivos. De fato, cabe ao Conselho, por iniciativa própria ou mediante provocação, encaminhar solicitação, acompanhada de parecer, ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, com vistas à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas.

A Câmara Setorial produziu um pequeno folder a respeito dos procedimentos para a declaração de interesse público e social dos arquivos privados, bem como de suas implicações, com o intuito de tornar mais acessíveis os termos dos instrumentos legais que tratam da matéria e auxiliar na tarefa de publicização desse recurso. Trata-se, de fato, de um importante mecanismo, de que dispõe o Estado e a própria sociedade, para dar proteção ao patrimônio arquivístico de natureza privada. Nossa intenção, ao elaborar esse pequeno folder, foi, também, buscar apontar para o fato de que a declaração confere uma chancela importante ao arquivo, que poderá funcionar como instrumento para que proprietários ou detentores dos arquivos declarados de interesse público possam mais facilmente convencer gestores e financiadores da importância de seu acervo, visando à sua preservação e divulgação.

Até o momento, além dos arquivos que a legislação considera, automaticamente, como de interesse público e social (caso dos documentos tombados pelo poder público, dos arquivos presidenciais e dos registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos antes da vigência da Lei n. 3.071, de 1/1/1916), apenas o arquivo privado do jornalista Barbosa Lima Sobrinho foi declarado de interesse público e social, em decreto sancionado pelo presidente Lula, em 6 de setembro de 2004. Outros processos encontram-se em fase final de instrução com vistas ao encaminhamento da solicitação. Tratam-se dos arquivos da Brahma e da Antártica, localizados em São Paulo, e da Associação Brasileira de Educação (ABE), localizado no Rio de Janeiro.

